

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com base no Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 51** No que diz respeito à classificação das vias abertas à circulação, as vias urbanas subdividem-se em vias de trânsito rápido e vias arteriais, enquanto as vias rurais subdividem-se em rodovias, estradas, vias coletoras e vias locais.
- 52** Define-se como trânsito toda utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de operações de circulação, parada e estacionamento, sendo excluídas as operações de carga ou descarga, que caracterizam atividades logísticas de responsabilidade de particulares, organizações, empresas ou terceiros.
- 53** Quanto à espécie, os ônibus classificam-se tanto como veículos de passageiros quanto como veículos especiais, enquanto a bicicleta é somente veículo de passageiros.
- 54** Quanto à categoria, os veículos podem ser classificados em oficiais, de representação diplomática, públicos, particulares e de aprendizagem.
- 55** Com vistas a promover a segurança viária, o agente de trânsito exerce poder de polícia de trânsito para desempenhar suas atribuições na operação e fiscalização de trânsito e de transporte.
- 56** Ao praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor, o condutor poderá ser condenado a cumprir pena de reclusão ou de prestação de serviços à comunidade.
- 57** Entre as medidas administrativas que a autoridade de trânsito ou seus agentes podem adotar estão a retenção do veículo, o recolhimento da permissão para dirigir, o recolhimento do certificado de licenciamento anual e o transbordo do excesso de carga.

De acordo com o que dispõem as Resoluções do CONTRAN acerca de débitos vinculados aos veículos, registros eletrônicos de documentos, operações de emplacamento e pagamentos de pedágio, julgue os itens a seguir.

- 58** O DETRAN é o órgão responsável por credenciar empresas fabricantes de placas de identificação veicular, devendo exigir, para tanto, documentação que comprove a qualificação técnica e a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, que também deve estar regularmente cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 59** A partir da entrada em vigor do sistema de placas de identificação de veículos (PIV), o DETRAN ficou responsável por promover, até 2030, a substituição dos modelos de placas anteriormente estabelecidos por placas do padrão MERCOSUL em todos os veículos registrados no território nacional.
- 60** No controle do processo de comercialização da placa de identificação veicular, o analista do órgão ou da entidade estadual executiva de trânsito deve verificar se o estampador emite a nota fiscal diretamente ao consumidor final e se insere, no sistema informatizado de emplacamento, o arquivo eletrônico XML da nota fiscal e o serial do QR Code da placa utilizada no atendimento.
- 61** A quitação da multa aplicada em razão do não pagamento da tarifa de pedágio no sistema de livre passagem extingue a obrigação relativa à tarifa que originou a infração, não sendo possível manter simultaneamente registro da penalidade e do débito tarifário.
- 62** A expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio digital (CRLV-e) depende, entre outras condições, da quitação dos débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais vinculados ao veículo.

No que diz respeito aos procedimentos administrativos relativos a leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue os itens a seguir, conforme a Resolução CONTRAN n.º 623/2016.

- 63** O arrematante de veículos destinados à circulação é responsável pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o veículo arrematado a partir da aquisição, calculados de forma proporcional a contar do mês da realização do leilão.
- 64** Os veículos definidos como sucatas e incluídos em procedimento de leilão podem ser arrematados por pessoa física ou jurídica habilitada no leilão, vedado, no entanto, o retorno posterior à circulação em vias públicas.

Acerca dos procedimentos relativos à aprendizagem, habilitação e expedição de documentos de condutores e do processo de formação do candidato à obtenção da habilitação, julgue os próximos itens, de acordo com a Resolução CONTRAN n.º 1.020/2025.

- 65** O certificado de conclusão do curso de reciclagem não serve como prova de domínio dos conteúdos, cuja constatação dependerá de avaliação realizada por órgão ou entidade de trânsito, por meio dos exames teóricos.
- 66** Durante o período de validade da permissão para dirigir, o cometimento de infração grave ou gravíssima impede automaticamente a expedição da carteira nacional de habilitação (CNH).
- 67** O condutor que estiver habilitado há mais de um ano na categoria B da carteira nacional de habilitação (CNH) e não tiver cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos doze meses poderá obter a mudança para a categoria C da CNH.

Acerca do procedimento administrativo aplicável ao condutor condenado por crime de trânsito, bem como do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, julgue os itens a seguir, observadas as Resoluções CONTRAN n.º 300/2008 e n.º 723/2018.

- 68** As infrações que prevejam, por si só, a penalidade de suspensão do direito de dirigir não ensejam o registro de pontos na carteira de habilitação do condutor.
- 69** Após a prolação de sentença condenatória por delito de trânsito, o condutor deve ser imediatamente submetido a exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica.
- 70** Durante a tramitação do processo administrativo de suspensão do direito de dirigir, é vedada a renovação ou a mudança de categoria da CNH.

No que se refere à composição do patrimônio público, julgue os itens que se seguem.

- 71** A forma física de um recurso não é condição necessária para sua definição como item do ativo patrimonial.
- 72** O resultado patrimonial integra o saldo patrimonial do exercício em que foi apurado.
- 73** Na contabilidade pública, um passivo deve originar-se em uma transação com contraprestação.

No que se refere às variações patrimoniais, julgue os itens a seguir.

- 74** Em respeito ao regime de competência contábil, o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva deve sempre preceder o desembolso financeiro pelo ente público.
- 75** Variações patrimoniais qualitativas provocam efeito monetário significativo no patrimônio do ente público, a exemplo da compra à vista de um bem de alto valor.
- 76** Em transações com pessoa não contribuinte, uma variação patrimonial aumentativa pode ser considerada realizada mesmo que não ocorra o ingresso de recurso financeiro.

Considerando os itens patrimoniais ativos (1) máquinas e equipamentos de uso e (2) patentes, julgue os itens subsequentes.

- 77** O item (1) é constituído por um ou mais bens tangíveis de uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos com vida útil inicial superior a um exercício social, estando sujeito ao procedimento de depreciação, para reconhecimento da perda de seu valor em função do uso ou da obsolescência.
- 78** Tanto o item (1) quanto o item (2) podem estar sujeitos ao reconhecimento contábil da perda da capacidade de gerar retornos econômicos, por meio do procedimento de redução ao valor recuperável de ativos, com a constituição da adequada provisão.
- 79** Por não possuir substância física, o item (2) tem vida útil indefinida, sendo a perda de capacidade de geração de benefícios econômicos para a entidade reconhecida exclusivamente pelo procedimento de redução ao valor recuperável de ativo.

Em relação ao sistema de custos empregado na contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

- 80** As matérias-primas adquiridas para suprir o uso futuro nos processos industriais constituem custos desses processos, distinguindo-se dos investimentos efetuados.
- 81** A Lei n.º 4.320/1964 tornou obrigatória a contabilidade de custos para todos os projetos e atividades da área pública.
- 82** O que permite que determinados bens possam ser imediatamente reconhecidos como custo, em razão de seu baixo valor, é a característica qualitativa da relevância, combinada com as restrições de materialidade e de custo-benefício.

Acerca do PCASP, sua estrutura, sua natureza e sua codificação, bem como das demonstrações contábeis e dos atributos da informação contábil, julgue os itens a seguir.

- 83** A demonstração dos fluxos de caixa deve ser elaborada pelo método direto, pelo qual são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.
- 84** O registro contábil no PCASP deve observar o método das partidas dobradas, sendo permitido que um lançamento debite uma conta de natureza patrimonial e credite uma conta de natureza orçamentária, desde que os valores a débito e a crédito sejam iguais.
- 85** É atributo conceitual da conta contábil o indicador de superávit, representado pelos atributos financeiro (F) e permanente (P), juntamente com o código, o título/nome, a função e a natureza do saldo da conta contábil.
- 86** O balanço orçamentário é composto pelo quadro principal e pelos quadros da execução dos restos a pagar não processados e da execução dos restos a pagar processados, devendo as receitas ser apresentadas, no quadro principal, pelos seus valores brutos, antes das respectivas deduções, ao passo que as despesas devem ser demonstradas segundo a classificação por natureza e, de forma complementar, segundo a classificação funcional.

Em relação a créditos adicionais, transações no setor público, despesa e receita pública, julgue os itens seguintes.

- 87** As receitas orçamentárias correntes e de capital compreendem disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e aumentam o saldo financeiro da instituição, sendo os estágios da receita orçamentária resumidos em previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- 88** As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas correspondem, respectivamente, às receitas e às despesas orçamentárias, razão por que devem ser reconhecidas exclusivamente quando houver execução orçamentária da receita ou da despesa.
- 89** A despesa orçamentária pública compreende exclusivamente os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, sem abranger transações que dependam de autorização legislativa mediante consignação de dotação orçamentária.
- 90** Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, destinados ao reforço de dotação orçamentária; especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Julgue os itens subsequentes, relativos a execução orçamentária e financeira, fonte ou destinação de recursos, suprimento de fundos e restos a pagar.

- 91** O suprimento de fundos constitui despesa orçamentária e, para a concessão do recurso ao suprido, é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária — empenho, liquidação e pagamento —, ocorrendo, no momento da concessão, o registro da despesa sob o enfoque patrimonial, em razão da redução no patrimônio líquido.
- 92** As despesas regularmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro de referência são inscritas em restos a pagar, os quais se classificam em processados, quando já liquidados, e não processados, quando a despesa estiver a liquidar ou em liquidação.
- 93** A classificação por fonte ou destinação de recursos permite que se identifique se os recursos são vinculados ou não, e, no caso dos recursos vinculados, pode indicar sua finalidade, sendo a destinação classificada em vinculada ou livre.
- 94** A descentralização orçamentária é acompanhada da descentralização financeira, que resulta na movimentação dos recursos financeiros do órgão central de programação financeira para as unidades gestoras, com a finalidade de possibilitar o pagamento das despesas orçamentárias legalmente empenhadas e liquidadas.

No que se refere à definição e ao controle de limites aplicáveis às despesas com pessoal dos entes da Federação e a despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

- 95** É vedado aos entes da Federação pagar quaisquer despesas de exercícios encerrados que não tenham sido processados na época própria por meio de dotação específica consignada no orçamento.
- 96** A vedação de criação de cargo, emprego ou função é uma restrição que deverá ser aplicada apenas quando a despesa total com pessoal superar o limite máximo do percentual da receita corrente líquida permitido pela legislação.
- 97** O Banco Central do Brasil é o depositário das disponibilidades de caixa da União, as quais devem ser mantidas em uma conta única centralizada, cuja administração e movimentação são de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 98** Para fins de cumprimento dos limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal, o valor da despesa total com pessoal deve corresponder à soma do valor da despesa realizada no mês de referência com os valores das despesas realizadas nos 11 meses imediatamente anteriores, tomando-se por base o regime de competência, independentemente de empenho.

Considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade TSP Estrutura Conceitual, julgue os próximos itens.

- 99** O recurso que esteja sob o controle de uma entidade do setor público como resultado de um evento passado, mas que confira a essa entidade somente o direito ao potencial de serviço, não deve ser considerado como ativo.
- 100** A materialidade é uma restrição inerente à informação contida nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público, devendo ser avaliada tanto em relação à natureza quanto ao montante do item em análise, consideradas as particularidades de cada entidade.
- 101** Uma das formas de avaliação dos ativos de entidades do setor público é o custo histórico, que representa o valor de entrada desses elementos patrimoniais, refletindo os custos incorridos na sua aquisição, construção ou desenvolvimento, além de ser considerado uma base de mensuração específica da entidade.

Julgue os itens que se seguem, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis às Entidades do Setor Público.

- 102** O preço para suportar a incerteza inerente ao ativo é um dos elementos que devem estar refletidos no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa submetidos ao teste de redução ao valor recuperável.
- 103** Uma das exigências para o reconhecimento de uma obrigação que guarda incerteza quanto ao seu prazo e valor, denominada de provisão, é que a saída de recursos exigida para liquidar a obrigação seja considerada provável, o que ocorrerá nos casos em que a probabilidade de o evento ocorrer for maior que a de ele não ocorrer.
- 104** Um ativo não gerador de caixa com indicação para ser objeto de teste de redução ao valor recuperável e que apresente valor contábil de R\$ 100.000, valor justo líquido de despesas de vendas de R\$ 98.000 e valor em uso de R\$ 95.000 deve ter o seu valor contábil reduzido em R\$ 5.000.
- 105** O critério de mensuração aplicável aos itens de estoque que não são normalmente intercambiáveis é o PEPS, cuja regra é fazer com que o primeiro item a entrar no estoque seja o primeiro a sair.
- 106** Os gastos efetuados durante a fase de pesquisa dos projetos internos destinados à geração de intangíveis podem ser reconhecidos como ativo pelas entidades do setor público, desde que comprovada a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros desses projetos.
- 107** Se, ao adquirir um item de ativo imobilizado, a entidade do setor público assumir a obrigação de restaurar o local no qual o item está localizado, ela deve fazer uma estimativa inicial dos custos dessa restauração, cujo valor será contemplado na mensuração inicial do item adquirido.

Julgue os itens a seguir, relativos à apresentação das demonstrações contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

- 108** Na hipótese de a entidade alterar a classificação de itens nas suas demonstrações contábeis, é vedada a reclassificação dos valores apresentados para fins comparativos, de forma a se preservar a integridade dos dados históricos que foram publicados no balanço do exercício anterior.
- 109** Quando as bases de elaboração do orçamento e das demonstrações contábeis são diferentes, a demonstração das informações orçamentárias deve ser ajustada conforme o regime contábil adotado nas demais demonstrações contábeis, o que garante a uniformidade de base entre todas as peças apresentadas.
- 110** A movimentação de recursos entre o saldo disponível em conta corrente e uma aplicação financeira de liquidez imediata e baixo risco não deve ser classificada como fluxo operacional, de investimento ou de financiamento, por integrar a gestão de tesouraria da própria entidade.

Julgue os itens seguintes, de acordo com os procedimentos a serem adotados nas demonstrações contábeis separadas e consolidadas no setor público.

- 111** Caso um membro da entidade econômica utilize políticas contábeis diferentes das adotadas nas demonstrações contábeis consolidadas, os ajustes a serem apropriados podem ficar restritos aos eventos ocorridos antes do período de reporte, dispensando-se modificações em transações de mesma natureza realizadas durante o exercício corrente.
- 112** A ausência de investimento em controlada, em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto descaracteriza a natureza de demonstração contábil separada prevista na estrutura da norma.

No que se refere a procedimentos de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro adotados no âmbito de entidade do setor público, julgue os itens subsequentes.

- 113** Caso um órgão público descubra, no exercício de 2026, que, no exercício financeiro de 2024, uma obrigação de longo prazo considerada material não foi registrada na contabilidade, a entidade deve corrigir o erro retrospectivamente no primeiro conjunto das demonstrações contábeis cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tal erro.
- 114** Suponha que determinado órgão público estimasse em 10 anos a vida útil de seus veículos e, devido a uma nova política de manutenção intensiva adotada no período corrente, a estimativa de vida útil desses veículos tenha passado a 15 anos. Nessa situação, a contabilidade do órgão deveria reconhecer o efeito dessa mudança retrospectivamente e ajustar a despesa de depreciação a partir da data da assinatura da alteração.

Julgue os itens que se seguem, com base no disposto na legislação aplicada ao setor público sobre o tratamento contábil dos restos a pagar.

- 115** Na apuração da disponibilidade de caixa, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
- 116** Os empenhos com vigência plurienal não liquidados serão cancelados anualmente, não podendo ser computados como restos a pagar, independentemente do ano de vigência do crédito.

Julgue os próximos itens, relativos ao disposto na Lei Complementar n.º 178/2021, que estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.

- 117** O ente que não comprovar semestralmente o ajuste da despesa com pessoal sofrerá bloqueio imediato de todas as transferências voluntárias da União a partir do início do semestre seguinte.
- 118** A apuração da despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos públicos deve ser realizada independentemente de empenho.

Com base no disposto no MCASP a respeito do tratamento contábil da fonte e destinação de recursos, julgue os seguintes itens.

- 119** Na execução da despesa, a associação da fonte de recursos às contas de controle orçamentário e de disponibilidade é obrigatória, sendo facultativa a sua vinculação ao passivo financeiro no empenho.
- 120** Uma vez registrada a arrecadação no ativo financeiro, a fonte de recurso deve ser informada no registro da realização da receita orçamentária e torna-se imutável.

Espaço livre